

Em 31 de dezembro de 2016, a exposição da Companhia ocorre em função de ativos e passivos financeiros que estão sujeitos aos seguintes câmbios:

Operação	Risco	31/12/2016 Período até 31 de dezembro de 2017			
		Cenário atual	Cenário base	Cenário I 50%	Cenário II 25%
Cotação R\$/USD	Aumento da cotação USD	3,26	3,31	4,97	4,14
Cotação R\$/EUR	Redução da cotação EUR	3,44	3,78	5,66	4,72

- Cenário atual - refere-se ao cenário real no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2016.
- Cenário base - elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 30 de junho de 2017, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro como Banco Central, sendo que a Companhia considerou como provável em função de ser uma informação atualizada próxima da data de aprovação destas demonstrações financeiras.
- Cenários I e II - conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário base, em 50% e 25% respectivamente.

A sensibilidade dos instrumentos financeiros com base nas premissas descritas acima, pode ser assim demonstrada:

Risco	31/12/2016 Período até 31 de dezembro de 2017			
	Cenário atual	Cenário base	Cenário I 50%	Cenário II 25%
USD	35.108	36.270	54.460	45.365
EUR	444	459	688	574
	<u>35.552</u>	<u>36.729</u>	<u>55.148</u>	<u>45.939</u>

Efeito de ganho (perda), líquido

	1.177	19.596	10.387
--	-------	--------	--------

Os possíveis impactos da análise de sensibilidade para oscilações nas taxas de juros foram também estimados pela Administração para seus ativos e passivos financeiros, porém seus efeitos no resultado financeiro foram considerados irrelevantes.

A Companhia não realizou transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

A Companhia não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, bem como não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

20. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém política de cobertura de seguros para ativos sujeitos a riscos, em montante julgados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação de riscos realizada por consultores especializados. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2016, o valor de cobertura montava em R\$830.406.

21. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

- Durante o exercício de 2016, a Companhia adquiriu ativo imobilizado no valor de R\$11.934 (R\$19.648 no exercício de 2015), cujo valor a ser pago está reconhecido em fornecedores, no passivo circulante, e com os respectivos impostos a recolher.
- Durante o exercício de 2016, a Companhia distribuiu dividendos no valor de R\$24.911 (R\$30.936 no exercício de 2015), cujo valor será pago no ano subsequente e está reconhecido no passivo circulante.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Empréstimos com empresas relacionadas

Durante o primeiro semestre de 2017 a companhia quitou o empréstimo obtido junto à parte relacionada L Imerys, no montante aproximado de R\$62.000.

Nos meses de julho e setembro de 2017 a Companhia recebeu todos os saldos de empréstimos concedidos às suas partes relacionadas.

23. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 19 de fevereiro de 2018.

José Marquede Felix dos Santos
Contador CRC - PA 010761-O/7

Diretor Financeiro
Paulo de Tarso Serpa Fagundes
Diretor

Adelino Miguel Marinho de Gouveia

Ricardo Monteiro Lara
Diretor de Operações

Imerys Rio Capim Caulim S.A. Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2016 e Relatório do Auditor Independente Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Às Acionistas e Administradores da Imerys Rio Capim Caulim S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Imerys Rio Capim Caulim S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos decorrentes dos assuntos mencionados nos itens a) a e) da seção "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Imerys Rio Capim Caulim S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

a) Conforme descrito na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar no Estado do Pará no montante de R\$103.768 mil (R\$103.381 mil em 31 de dezembro de 2015). Em virtude de as vendas da Companhia serem substancialmente exportações, as quais são isentas desse imposto, os valores a recuperar, em sua maior parte, estão sujeitos à realização por meio da transferência a terceiros ou pagamento a fornecedores, após autorização da Secretaria da Fazenda do Estado do Pará. Essa forma de realização tem requerido que a Companhia conceda descontos sobre os valores nominais para as empresas que venham a adquirir os créditos de impostos já homologados e aprovados por aquela Secretaria. Considerando que não há histórico recente de homologações e como não há garantia de que os demais créditos sejam também homologados, entendemos que uma provisão para descontos para os créditos não homologados no montante de R\$93.991 mil deveria ser registrada (R\$93.266 mil em 31 de dezembro de 2015). Consequentemente, o ativo não circulante e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 estão superavaliados em R\$93.266 mil (R\$93.991 mil em 31 de dezembro de 2015) e o lucro líquido referente ao exercício findo naquela data está superavaliado em R\$479 mil, líquidos de impostos (em 31 de dezembro de 2015, o lucro líquido está subavaliado em R\$404 mil, líquidos de impostos).

b) Conforme descrito na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava outros impostos a recuperar no montante de R\$12.575 mil (R\$14.830 mil em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$4.801 mil (R\$4.742 mil em 31 de dezembro de 2015) se referem a saldo de imposto de renda a compensar. Considerando que não há histórico recente de compensações desses valores e informações suficientes para justificar sua manutenção como ativo, entendemos que uma provisão para não recuperação de impostos a recuperar no montante de R\$4.801 mil (R\$4.742 mil em 31 de dezembro de 2015) deveria ser registrada. Consequentemente, o ativo não circulante e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 estão superavaliados em R\$4.801 mil (R\$4.742 mil em 31 de dezembro de 2015) e o lucro líquido referente ao exercício findo naquela data está superavaliado em R\$39 mil, líquidos de impostos (em 31 de dezembro de 2015, o lucro líquido está subavaliado em R\$218 mil, líquidos de impostos).

c) Conforme descrito na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava créditos de Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a recuperar no montante de R\$45.298 mil (R\$44.039 em 31 de dezembro de 2015), dos quais a Companhia não espera recuperar o montante de R\$4.768 mil (R\$4.613 mil em 2015). A Companhia não registrou nenhum ajuste para redução ao valor recuperável para esses montantes; consequentemente, o ativo não circulante e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 encontram-se superavaliados em R\$4.768 mil (R\$4.613 mil em 2015) e o resultado do exercício findo naquela data está superavaliado em R\$102 mil, líquidos de impostos (R\$2.580 mil, líquidos de impostos em 2015).

d) Conforme descrito na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava ativo intangível decorrente de ágio na incorporação de empresa, o qual foi totalmente amortizado para fins fiscais, gerando assim uma diferença temporária. A Companhia não constituiu o passivo fiscal diferido sobre tais diferenças temporárias; consequentemente, o passivo não circulante estava subavaliado em R\$3.544 mil em 31 de dezembro de 2016 (R\$3.544 mil em 31 de dezembro de 2015) e o patrimônio líquido superavaliado no mesmo montante.

e) Em 31 de dezembro de 2016, o valor das reservas de lucros, no montante total de R\$530.773 mil, supera o valor do capital social da Companhia no montante de R\$481.721 mil. De acordo com a legislação societária, quando as reservas de lucros são superiores ao valor do capital, a assembleia de acionistas deve deliberar sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. Entretanto, até 31 de dezembro de 2016 a Companhia não realizou essa deliberação.

f) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia regularizou determinados assuntos que correspondiam a situações contábeis identificadas e reportadas em exercícios anteriores, tais como: (i) custos dos produtos vendidos apresentado a maior no montante de R\$3.483 mil, o qual já havia sido comercializado em 2014; (ii) riscos fiscais, trabalhistas e ambientais no montante de R\$1.336 mil referentes ao exercício de 2014 que foram provisionados no exercício de 2015; (iii) a Companhia não preparou estudos e análises relacionados à necessidade de atualização monetária das contingências e reconhecimento de provisão por contratos com honorários de sucesso firmados com seus assessores jurídicos, para as quais não fomos capazes de aplicar procedimentos alternativos de auditoria para nos satisfazermos quanto ao registro e à apresentação dessas provisões; e (iv) a Companhia constituiu provisão para recuperação de danos ambientais e/ou para obrigações por conta do fechamento de mina no valor de R\$3.989 mil; todavia, não fomos capazes de aplicar procedimentos de auditoria para nos satisfazermos quanto à razoabilidade do referido montante e à apresentação dessa provisão. No exercício corrente, a Companhia registrou os efeitos dos referidos assuntos no resultado, sem observar o previsto no pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, que requer a reapresentação dos valores comparativos para o período anterior apresentado. Consequentemente, nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do período corrente também inclui modificação em decorrência dos possíveis efeitos desses assuntos sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e

valores correspondentes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, que menciona que a Companhia mantém operações em montantes significativos com partes relacionadas, as quais são efetuadas em condições comerciais estabelecidas em comum acordo entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 19 de fevereiro de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes CRC nº2 SP 011609/O-8

André Rafael de Oliveira
Contador - CRC nº 1 SP 220308/O-1

Protocolo: 297320